

O IMAGINÁRIO UTÓPICO EM DIÁLOGO COM AS VISÕES SOCIAIS DE MUNDO: UMA PERSPECTIVA DO HISTORICISMO E SURREALISMO

THE UTOPIAN IMAGINATION IN DIALOG WITH SOCIAL WORLDVIEWS: A PERSPECTIVE OF HISTORICISM AND SURREALISM

Rebeca Molieri Barbosa¹

RESUMO. Poderia o imaginário utópico influenciar uma determinada visão social de mundo ao ponto de consolidar a ordem vigente ou ao ponto de romper com a ordem vigente? Baseado nesta inquietação, este artigo busca-se refletir sobre a influência das visões sociais de mundo na formação de representações mentais. Inicialmente, considera-se a Educação como influência fundamental, ensinando uma maneira de ser baseada em ideais ou visões de mundo. Para tanto, é necessária a reflexão sobre o conceito de visão social de mundo, bem como suas nuances ideológicas ou utópicas, pautadas nas obras do filósofo Michael Löwy. Após, foi realizado breve estudo para verificar as formas por meio das quais tal conceito é articulado academicamente, mediante a análise de produções científicas selecionadas pelo método de amostragem. Finalmente, explora-se a relação entre representações imaginárias e visões sociais de mundo, abordando o papel do historicismo e surrealismo na formação destas representações mentais, a fim de refletir sobre a importância da subjetividade e da expressão humana que explicam a força destas representações ao dialogar diretamente com o imaginário e o subconsciente coletivo.

Palavras-chave: Visão social de mundo. Imaginário Utópico. Surrealismo. Michael Löwy. Filosofia da Educação.

ABSTRACT. Could utopian imaginary influence a particular social worldview to the point of consolidating the prevailing order or to the point of breaking with the prevailing order? Based on this concern, this article seeks to reflect on the influence of worldviews on the formation of mental representations. Initially, education is seen as a fundamental influence, teaching a way of being based on ideals or worldviews. To this end, it is necessary to reflect on the concept of social worldview, as well as its ideological or utopian nuances, based on the works of philosopher Michael Löwy. A brief study was then carried out to verify the ways in which this concept is articulated academically, based on an analysis of scientific productions selected using the sampling method. Finally, the relationship between imaginary representations and social worldviews is explored, addressing the role of historicism and surrealism in the formation of these mental representations, in order to reflect on the importance of subjectivity and human expression that explain the strength of these representations by dialoguing directly with the imaginary and the collective subconscious.

Keywords: Social vision of the world. Utopian imagination. Surrealism. Michael Löwy. Philosophy of Education.

¹ Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6042304668128037> - ORCID: 0009-0000-6708-5094. Mestranda em Educação pela Universidade São Francisco, cuja pesquisa situa-se no eixo da Filosofia em Educação. Pós-graduada em Direito Tributário, Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Graduada pela Universidade São Francisco. Professora Universitária do Curso de Direito. Coordenadora-Adjunta do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade São Francisco, campus Bragança Paulista. Advogada.

INTRODUÇÃO

Pretende-se refletir sobre o modo pelo qual as visões de mundo influenciam a formação de representações mentais *latu sensu*, partindo do seguinte questionamento: poderia o imaginário influenciar uma determinada visão social de mundo ao ponto de consolidar a ordem vigente ou ao ponto de romper com a ordem vigente?

A primeira influência a ser considerada não se refere ao imaginário, mas à Educação e, conseqüentemente, ao processo formativo dos próprios seres humanos. Sob esta perspectiva, é possível considerar que a Educação transcende o conteúdo programático do ensino formal e, essencialmente, ensina uma maneira de ser; significa dizer que “a Educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade” (Brandão, 2007, p. 4).

Esta maneira de ser, por sua vez, parece ser definida por um ideal de mundo (ou visão de mundo, termo que será abordado nos tópicos seguintes), sendo possível afirmar que a maneira de ser é a expressão de um ideal (ou de uma visão) e que “trata-se de um ‘imaginário utópico’, um desenho do mundo em que gostaríamos de viver e que aponta um sentido à ação humana” (Coelho, 2018).

Este ideal pode possuir caráter ideológico, ou seja, o ideal dominante que já é aplicado e ensina os sujeitos a viverem nesta formação de mundo; ou utópico, aquele que ainda não define os moldes do mundo, mas que a revolução busca estabelecer para romper com a ordem vigente.

Partindo desta perspectiva, o ideal utópico necessariamente é imaginário, na medida em que se refere a uma projeção, um ideal que não corresponde à realidade – especialmente ao considerar os conceitos de ilusão transcendental (conceito *kantiano* que ocorre quando a razão humana tenta aplicar conceitos e categorias válidos apenas para a experiência sensível) e má infinitude (conceito *hegeliano* que se refere a impossibilidade de alcançar determinado ideal), de modo que o imaginário utópico pode inspirar um programa empírico para a transformação e orientado em valores de libertação, mas não pode ser confundida com a realidade. Neste aspecto, Dussel (2000) propõe critérios de factibilidade que auxiliam na compreensão aprofundada dos limites daquela utopia. Por sua vez o ideal ideológico, já foi imaginário, no sentido de que toda realidade atual, de certa forma, já foi pensada, imaginada por sua

antecessora – ainda que esta atualidade não corresponda inteiramente com o imaginado ou, ainda, que corresponda com o imaginário minoritário.

Deste modo, se diz imaginário não porque é fantasioso, mas porque ainda não existe: o primeiro estágio do ideal utópico é imaginar um mundo melhor para, então, lutar por ele. Se o ideal utópico possui importância a ponto de ser capaz de iniciar revoluções e, de fato, redefinir os moldes do mundo (momento em que se torna ideológico), então é prudente questionar: poderiam os mitos influenciarem as representações imaginárias e serem articulados em prol de determinada visão de mundo? Neste sentido, objetiva-se refletir sobre a influência e importância do imaginário utópico em relação às visões sociais de mundo; e, especificamente, refletir sobre os conceitos de visão social de mundo e sua articulação, amparada pelas obras de Michael Löwy, bem como sobre o que articularemos como mito, baseado em Veena Das e Allan da Silva Coelho, e, finalmente, sobre as contribuições da abordagem historicista e surrealista, também baseadas em Michael Löwy.

Na tentativa de refletir sobre o tema, este artigo se organiza do seguinte modo: primeiro abordam-se aspectos conceituais sobre “visão social de mundo”, partindo da perspectiva de Michael Löwy; depois, aborda-se a articulação de “visões sociais de mundo” na produção acadêmica, pelo método de amostragem, com a finalidade de entender de que modo o tema é estudado na seara acadêmica; por fim, parte-se para os aspectos do processo formativo-social das representações mentais, a partir da reflexão sobre historicismo e surrealismo para delinear elementos que influenciam o imaginário dos sujeitos, bem como sua relação com as visões sociais de mundo.

A pesquisa foi realizada de forma qualitativa, na medida em que se estuda, essencialmente, os sujeitos, a sociedade e o processo formativo, de modo que, nas palavras de Demo (2023):

Quando estudamos a sociedade, em última instância estudamos a nos mesmos, ou coisas que nos dizem respeito socialmente. É por isto diferente de estudar um cristal que colocamos debaixo de um microscópio. Não existe identidade entre nós e o cristal. Mas certamente existem identidades entre nós e pessoas consideradas psicologicamente anormais, ou um grupo humano urbanizado, ou a população de baixa renda etc. (Demo, 2023, p. 14).

Ainda, foi realizada utilizando a metodologia teórica e bibliográfica, sob o prisma das abordagens filosófica e sociológica. Por ser filosófica, é “sistemática, pois requer que as questões colocadas sejam válidas e fundamentadas, estando relacionadas entre si” (Barbosa e Costa, p. 27). Neste sentido, a pesquisa pretende investigar, refletir e triangular diferentes

epistemologias acerca do tema visão social de mundo na tentativa de atender ao seu objetivo.

Inicialmente, o método adotado será o materialista histórico-dialético, elaborado por Karl Marx e que possui como escopo “a dialética voltada para o processo histórico, interpretando a realidade sob o ponto de vista dos processos econômicos e sociais” (Barbosa e Costa, p. 40). A escolha do método, por sua vez, evidencia que o caráter filosófico será somado ao caráter sociológico, tanto por estar intrínseco ao método quanto pelo tema “visão social de mundo” ser parte essencial das ciências sociais (especificamente da sociologia do conhecimento). Sobre o método:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento, - que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia, - é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (Marx apud Barbosa e Costa, 2015, p. 40).

O Banco de Teses e Dissertações da CAPES foi utilizado como banco de dados para pesquisar e selecionar, por amostragem, pesquisas que abordam o tema visão social de mundo, com a finalidade de analisar o modo como este tema é articulado. O único filtro aplicado foi referente à área de conhecimento, no qual a opção “Educação” foi escolhida; e a palavra-chave utilizada foi “visão social de mundo”.

1. ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE “VISÃO SOCIAL DE MUNDO” EM DIÁLOGO COM O “MITO” MODERNO DO SOFRER

O termo “visão de mundo” foi proposto por Lucien Goldmann como instrumento metodológico inspirado em Dilthey e na articulação que Lukács fez do termo e, nesta tradição filosófica, permite compreender uma maneira de pensar para além da consciência individual, expressando elementos essenciais coletivos (Coelho e Malafatti, 2021), externalizando a relação entre o sujeito e seu grupo social. Nesta seara, Michael Löwy², com referência em sua obra “As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen”, propõe o refinamento do termo para “visão social de mundo”. Esta obra, além desta delimitação conceitual, apresenta um aparente conflito entre diferentes visões de mundo: Marx representa a corrente de pensamento que concebe o conhecimento aliado à questão social; ao passo que o Barão de Münchhausen representa o positivismo, que afasta tais fatos externos (Melgaço, 2016).

² Michael Löwy (nascido em 1938) é um sociólogo e filósofo franco-brasileiro, conhecido por suas contribuições para a teoria crítica, ecossocialismo e estudos marxistas. Ele tem se destacado por suas análises sobre questões relacionadas à sociedade, política, ecologia e cultura.

Nesta obra, o autor inicia sua reflexão pela significação dos conceitos de “ideologia” e “utopia”. Após uma breve exposição histórica da evolução destes conceitos, Löwy (1987) opta por tomar como ponto de partida a obra de Mannheim³, segundo o qual ideologia é o sistema de pensamento direcionado para a manutenção e perpetuação da ordem existente; ao passo que utopia, ao contrário, é o sistema de pensamento voltado para a desestabilização da ordem estabelecida, buscando exercer uma função subversiva. (Löwy, 1987, p. 11/13).

À perspectiva de conjunto de pensamentos socialmente condicionados (ou seja, de determinado grupo social), Löwy (1987) sugere o termo “visão social de mundo”, englobando, em si, visões ideológicas e utópicas, sendo “apto a dar conta da riqueza e amplitude do fenômeno sociocultural” (Löwy, 1987, p. 12). Neste sentido, Löwy (1987) explica que o termo “não designa nada verdadeiro ou falso; idealista ou materialista; conservador ou real. Pode tomar por qualquer uma dessas formas, mas, em si, é um conjunto articulado de valores internamente unificados por uma perspectiva determinada” (Löwy, 1987, p. 12).

Ao englobar aspectos ideológicos e utópicos, o conceito de visão social de mundo proposto por Löwy (1987) permite que estes conjuntos de pensamentos transitem entre tais aspectos, de modo que uma mesma visão social de mundo pode ser ora ideológica, ora utópica, a depender de sua historicidade.

Em sua obra, Löwy (1987) aborda a objetividade das ciências sociais e questiona se a ciência social é necessariamente ligada ao ponto de vista de uma classe ou grupo social. Desta discussão, chega ao termo supramencionado e explica que:

“[...] todo conhecimento e interpretação da realidade social estão ligados, direta ou indiretamente, a uma das grandes visões sociais de mundo, a uma perspectiva global socialmente condicionada, isto é, o que Pierre Bourdieu denomina, numa expressão feliz, “as categorias de pensamento impensadas que delimitam o pensável e predeterminam o pensamento”.” (Löwy, 1987, p. 13)

Na tentativa de trazer a discussão teórica à prática e relacionar os conceitos acima à Educação, tem-se que, para Dussel (1993) a colonização das Américas gera nova subjetividade, na medida em que oculta o outro (colonizado) e lhe ensina o modo de viver, pensar e sonhar do colonizador, incluindo a mentalidade de que tudo aquilo que não se assemelha ao colonizador

³ Karl Mannheim, sociólogo e teórico social húngaro-britânico do século XX; estudou a teoria da "sociologia do conhecimento", que analisa a relação entre o pensamento humano e o contexto social em que ele surge; bem como a teoria das "gerações intelectuais", em que argumentava que as diferentes gerações têm perspectivas e experiências sociais distintas, o que influencia sua forma de pensar e interpretar o mundo. Essas ideias foram desenvolvidas em sua obra "Ideologia e Utopia", usada como referência na obra supramencionada de Michael Löwy.

é sem valor, inferior, desprezível – ou seja, uma nova configuração baseada em horror (Coelho, 2018). Paralelamente, Löwy (1987) descreve que a realidade da globalização capitalista neoliberal também possui a percepção de horror. A relação entre ambas as visões parecer ser a seguinte: durante a colonização, a mentalidade forçada era a de que os colonizadores eram superiores e tinham como missão salvar as almas dos colonizados, ainda que essa “salvação” necessitasse do sacrifício de alguns, naturalizando a morte, opressão, submissão e sofrimento (horror) (Dussel, 1993; Coelho, 2018); já durante a globalização capitalista neoliberal, tem-se que a mentalidade dominante preceitua que a “salvação” vem com a disciplina e o trabalho incansável para produzir a fim de consumir, ainda que tal processo requeira o sacrifício de alguns pelo bem-maior, novamente naturalizando morte, opressão, submissão e sofrimento (horror) (Coelho, 2018).

Neste sentido, o autor supracitado concebe o sistema capitalista como um “sistema social e uma maneira de ser” a partir da elucidação das três funções sociais que configuram a lógica do capital (alienação, fetichismo e reificação) somadas ao processo formal de aprendizado educacional. Por meio destes, fornece conhecimento e trabalhadores, mas também valores que legitimam a ordem dominante e deslegitimam qualquer alternativa. Ou seja: “a produção se articula a um sistema social que indica uma maneira de ser, apontando aspectos característicos para a normalidade da vida (configuração espiritual)” (Coelho, 2018).

Nota-se que as representações mentais, portanto, sofrem interferências econômicas e políticas, elementos que vão além da subjetividade de seus sujeitos – mas que não as desconsidera. Ainda, estes valores legitimadores da ordem dominante são veiculados por representações mentais que, para enraizar, são necessariamente sutis. O mito é um destes elementos capazes de influenciar visões e imaginários, em razão do encantamento de sua sutileza.

Os mitos podem ser pensados por meio de diversas perspectivas: aquilo que efetivamente chamamos de mitológico, tido como um conjunto de mitos, normalmente religiosos, de determinado povo; ou, *lato sensu*, pode-se pensar como narrativas utilizadas para explicar fatos da realidade e fenômenos da natureza. Neste sentido, um pouco menos religioso e um pouco mais abrangente, é possível concebermos dois mitos modernos: o sofrimento social e o sacrifício necessário, forças motrizes para o mito do capital. Neste sentido, o caráter mitológico do capitalismo encontra-se amplamente evidenciado em obras como “Capitalismo como Religião”, de Coelho (2021), e que, de forma sucinta, pode ser indicada aqui pela idolatria

de mercado, do “Deus” Capital, e na medida em que “o capitalismo possui características essencialmente religiosas, procurando oferecer respostas para preocupações e inquietações de aspetos do sentido da vida, antes satisfeitas pelas instituições religiosas” (Coelho, 2021, p. 16) e, agora, substituídas por um sistema econômico por força, especialmente, do pensamento dicotômico moderno.

Neste sentido, o capitalismo parece articular o sofrimento social em prol de seus interesses, transformando o imaginário social de tal maneira que os espectadores (que, ao mesmo tempo, são vítimas) tem dificuldade em acreditar que o sofrimento do outro (mas ao mesmo tempo, seu) é real, como se o sofrimento fosse uma paisagem (Das, 2008) a ser observada. Esta transformação do imaginário parece crucial à permanência do sistema, na medida em que a mera imposição da força é temporária, mas a aceitação mental e sutil faz com que os sujeitos, inconscientemente, aceitem este sistema que os domina, seja porque creem ser um bom sistema ou porque creem não haver alternativa. Hinkelamert (2013) chamará este fenômeno de “antiutopismo”, na medida em que há a pejoratividade das utopias, tidas como alternativas, para alimentar o sistema vigente, tomando-o como “única alternativa possível” e, ao mesmo tempo, “a melhor alternativa possível”). Neste sentido, Das (2008) observa que toda sociedade elabora explicações sobre o sofrimento – sem dizer que toda explicação é fruto de uma manipulação, mas apenas observando o traço humano de buscar significado - e, em consonância, Dussel (2000) observa tal movimento em Paulo Freire, a partir da categoria de “educação bancária” e em Karl Marx, a partir da categoria de “trabalho não-pago” e “mais-valia”. Nota-se que estas explicações não se confundem com justificativas, na medida em que todos estes autores não pretendem validar o sofrimento, mas compreendê-lo, decodifica-lo, para que seja possível sua desconstrução racional, consciente e crítica.

Sob esta perspectiva, o sofrimento possui natureza dúplice, pois expressa sua crueldade na dor imposta aos sujeitos em prol de “projetos sociais” e, ao mesmo tempo, molda os seres humanos como membros morais (Das, 2008). Este movimento de “dar sentido ao sofrimento” também é dúplice, pois a tentativa de significar faz parte da tentativa de ocultar o mesmo sofrer, assim:

“Para a antropologia social e sociologia, dar sentido ao sofrimento segue sendo uma tarefa de primeira ordem. Isto se deve parcialmente ao fato de que, até certo ponto, uma sociedade deve ocultar de si mesma o sofrimento que impõe aos indivíduos como preço do pertencimento e as ciências sociais talvez corram o risco de imitar o silêncio que a sociedade mantém frente a este sofrimento” (Das, 2008, p. 437) (tradução nossa)

Portanto, “sofrimento social” significa o “conjunto de problemas humanos que tem suas origens e consequências nas feridas devastadoras que as forças sociais infligem a experiência humana” (Das et al. apud Coelho, 2020, p. 5). Não se trata do sofrimento de origem individual, mas do sofrimento institucionalizado que afetam sujeitos sociais. Este sofrimento surge da exterioridade, mas possui expressão interna (a dor sentida pelo sujeito) e externa (a dor que reflete nas relações intersubjetivas). Além disso, sua principal característica é a “sutil modificação no imaginário da comunidade, em que o sofrimento social transforma as redes simbólicas e imaginárias que dão sustento a vida social” (Coelho, 2020, p. 8).

As teodiceias surgem em Das (2008) como instrumentos simbólicos que articulam o sofrer para torna-lo divino, sagrado e, finalmente, necessário, sendo uma das formas de legitimação que educam o sujeito a aceitar e conformar-se com a violência. Estes instrumentos simbólicos, que retornam à discussão sobre mitos e imaginário, demonstram-se mais efetivas do que os instrumentos de racionalização, na medida em que romper com a lógica opressora passa a significar romper com sua crença religiosa e moral. Assemelham-se a uma “conquista espiritual” que rejeita o imaginário do outro, fortalecendo a mentalidade de que o sofrimento é necessário e um dever em prol da coletividade, de um “bem maior” abstrato – observa-se, ainda, que este movimento tem origem na colonização (Dussel, 1993).

Finalmente, tem-se que o imaginário, parece-nos, possui potencial utópico, na medida em que sua articulação dominadora evidencia seu impacto nos sujeitos, em seus ideais, crenças e projeções. Em razão da temática, a articulação foi demonstrada partindo do sofrimento, de impactos negativos deste imaginário utópico – que quando legitima o sofrer, alimenta visões de mundo orientada à manutenção daquele sistema “benevolente” - mas, na medida em que pode ser articulado para dominar, entendemos que pode ser articulado para esperar.

2. A ARTICULAÇÃO DE “VISÕES SOCIAIS DE MUNDO” EM PRODUÇÕES ACADÊMICAS: RELEVÂNCIA POR AMOSTRAGEM

Por meio de pesquisas realizadas sob o método de amostragem, foi possível auferir duas abordagens para o tema “visão social de mundo” em pesquisas acadêmicas, são elas: (1) em pesquisas aplicadas (neste artigo, primeira, terceira e quarta produção), estudam-se a influência de determinada visão social de mundo sobre determinado aspecto da realidade; ao passo que (2) em pesquisas teóricas (neste artigo, segunda e quinta produção), estuda-se o conceito de visão social de mundo e seu envolvimento na produção de conhecimento, buscando investigar

a relação entre realidade concreta e ideias (visões de mundo). Enquanto pesquisas aplicadas abordam a influência da visão social de mundo à realidade; pesquisas teóricas voltam para sua gênese: buscam entender a formação das visões sociais de mundo (ou seja, a influência da realidade na visão de mundo). Para esta conclusão, as produções estudadas foram expostas abaixo.

O artigo "Paulo Freire e o cristianismo da libertação: contribuição do conceito de visão social de mundo", escrito em 2021 por Allan da Silva Coelho e Fernanda Malafatti relaciona a teoria pedagógica de Paulo Freire com o Cristianismo da Libertação a partir da categoria de visão social de mundo. Propõe ver o cristianismo da libertação não como movimento social, mas como portador de uma determinada visão social de mundo e investiga as influências que tal visão pode ter sobre a obra de Freire, considerando-o (e fundamentando) que o autor era adepto à tal visão.

Fazendo um recorte do artigo acima citado, extrai-se que Lucien Goldmann⁴ considera o indivíduo como parte de diversas relações humanas e entende que obras filosóficas e literárias são inteligíveis se interpretadas somente com base na personalidade do autor (Coelho e Malafatti, 2021, p. 3). Assim, resumidamente, Goldmann propõe a interpretação de tais obras a partir do contexto histórico e das relações que circundam a vida social do autor; significa pensar as obras como parte do grupo social do qual o autor faz parte.

É neste contexto que surge o tema “visão social de mundo”, usado por Goldmann e proposto por Dilthey⁵, na medida em que entende que uma determinada maneira de pensar não se limita ao indivíduo, mas expressa o fenômeno “consciência coletiva” (Coelho e Malafatti, 2021). Deste modo, toda ação humana transcende o indivíduo e é constituída pela compreensão coletiva.

Evidente, portanto, a influência da visão social de mundo sobre qualquer ação humana e, com isso, torna-se necessário entender como tais representações são formadas. Serão moldadas por ideais dominantes ou fruto da revolta contra os ideais vigentes? Serão expressão

⁴ Lucien Goldmann (1913-1970) foi um sociólogo e crítico literário francês nascido na Romênia; conhecido por suas contribuições para a sociologia da literatura e pela elaboração da abordagem conhecida como "sociologia do conhecimento". Goldmann desenvolveu uma abordagem que procurava entender as obras literárias como expressões de estruturas sociais mais amplas; estava interessado em como as condições sociais influenciam a criação cultural, incluindo a literatura. Ainda, Goldmann era influenciado pela dialética hegeliana e pelo pensamento marxista. Goldmann também contribuiu para a teoria das visões de mundo, argumentando que cada época histórica e grupo social tem uma "visão de mundo" única que influencia a produção cultural e intelectual.

⁵ Wilhelm Dilthey (1833-1911) foi um filósofo, historiador, psicólogo e teórico das ciências humanas alemão; apresentou importantes contribuições ao historicismo alemão.

da opressão, que busca adaptar o oprimido à ordem, ou da libertação, que busca permitir que os sujeitos (que, invariavelmente, formam os grupos sociais) pensem crítica e autonomamente?

A segunda produção estudada se trata de uma resenha do livro “Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista” de Michael Löwy. A resenha foi escrita por José Alexandre da Silva, em 2011, e intitulada “Ideologia e Ciência Social, uma reflexão atual”. Nesta resenha, o autor resume os temas abordados por Löwy e inicia sua reflexão com a distinção entre ideologia e utopia, originalmente proposta por Mannheim e já explicitada no início deste ensaio.

Disto, entende que as visões sociais de mundo devem ser pensadas e questionadas em sua historicidade, na medida em que resultam de ações humanas. Apresenta, na sequência, dois importantes conceitos: (1) totalidade, no qual cada fenômeno (e visão social) deve ser considerando na medida em que se articula com todos os demais, principalmente em suas dimensões econômicas e sociais; e (2) contradição, no qual a sociedade fruto da ação humana e berço de diferentes visões sociais de mundo necessariamente possui diversos conflitos e contradições. Neste contexto, afirma que o marxismo olha para as contradições sociais que determinam as diferentes visões, e não para o consenso.

Por fim, aborda brevemente as reflexões de Löwy sobre historicismo, marxismo e positivismo (não necessariamente nesta ordem). Sobre este último, é interessante destacar que se trata da abordagem que propõe pensar as ciências sociais isenta de juízos de valor e visões sociais de mundo, mas, paralelamente, o autor estudado (Löwy) afirma que o Positivismo, em si, possui caráter de visão social utópica, vez que rompia com a ordem feudal e a monarquia. Conclui que o conhecimento parcial é mais rico que o isento e que “a sociologia do conhecimento mostra o caráter limitado, socialmente condicionado de todos os pontos de vista” (Löwy, 1987, p. 86 *apud* Silva, p. 3).

A terceira produção trata-se de dissertação intitulada “Tem dia que a gente é Sem-Terra, tem dia que não dá: as diferentes visões sociais de mundo no interior do espaço escolar de um assentamento rural”, escrita por Natalia Rigueira Fernandes para a Universidade Federal de Viçosa, em 2008. Esta pesquisa, nas palavras da autora, analisa a forma como a ideologia (ou visão social de mundo) de determinada sociedade influencia suas práticas educativas. Para tanto, faz o recorte dos assentamentos feitos pelo MST e as práticas educativas centradas na luta pela terra e conquista da cidadania.

Logo de início, nota-se que, aparentemente, a autora coloca ideologia como sinônimo de visão social de mundo, o que contraria a teoria de Löwy, vez que a visão social de mundo não é ideológica nem utópica, mas um conjunto de pensamentos socialmente condicionados que podem assumir tanto caráter ideológico quanto utópico. Ao longo do capítulo 2, por sua vez, a autora explica que assim o faz porque o Movimento em estudo chama sua própria visão de ideologia.

Ao longo do capítulo 6, a autora apresenta narrativas da diretoria da Escola em que a pesquisa foi realizada. Para contextualizar, a Escola pratica a Pedagogia da Terra, pautada em valores do MST, e conta com duas professoras assentadas sob a supervisão de uma diretora não-assentada. Por pautarem-se em diferentes visões de mundo, a diretora denomina a Pedagogia da Terra como utópica (não se pode ignorar a ironia de uma ideologia ser utópica, evidenciando que determinada visão de mundo pode possuir ambas as características) e encontra dificuldades em aplicar a filosofia dos sem-terra somada às diretrizes governamentais.

Por fim, a autora afirma, por meio de suas pesquisas, que a classe dominante detém o poder do capital e do mundo das ideias, bem como que este último poder é articulado, de acordo com Marx, por um mecanismo que dá sustentação à ideologia, chamado de “consciência ilusória”. Afirma, ainda, que esse poder ideológico prevalece em razão da mistificação, através do qual os sujeitos oprimidos são induzidos a aceitar valores dominantes (Fernandes, 2008, p. 8).

A quarta produção também se trata de uma dissertação e intitula-se “a visão social de mundo dos parâmetros curriculares nacionais em história para os anos finais do ensino fundamental”, escrita por Rogério Correa Teixeira, em 2015, para a Universidade Federal do Rio Grande. Nesta pesquisa, o autor também se baseia nas concepções de Michael Löwy sobre a temática.

Sobre o tema, o autor entende que Löwy foge da ideia de que ideologia é uma concepção cultural imposta pela classe dominante; e propõe que, em dada conjuntura histórica, há várias concepções culturais, sempre ligadas às várias classes e grupos sociais, simbolizando multiplicidade e confronto (Teixeira, 2015, p. 15). É nesse contexto, que o autor afirma que, sob a influência do Governo brasileiro dos anos 90, os PCNs em História adquirem caráter social-democrata. Paralelamente, entende que as características que dão ao documento tal caráter também se aproximam da vertente neoliberal. Posteriormente, aprofundando seu estudo no âmbito dos anos finais do ensino fundamental, evidencia que os parâmetros norteadores

possuem visão liberal e reformista. A pesquisa contribui ao ensaio, vez que, mediante a análise de um mesmo documento, evidenciam-se diferentes visões de mundo, não necessariamente em harmonia, mas em dialético diálogo.

Finalmente, a última produção analisada intitula-se “Ideologia e Visão de Mundo na Produção do Conhecimento”, escrito por Bruno Borja no formato de anal para o XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH – 2011. O texto estuda, essencialmente, a produção de conhecimento com base no método marxista e afirma que Marx busca estabelecer as conexões entre a realidade concreta e as representações no mundo das ideias. Defende que a realidade não é produto das ideias (como Hegel concebia), mas sim que é o contrário: as ideias surgem da realidade concreta, sendo por ela influenciadas e podendo transformá-la. Considerando que ideias pressupõem sujeitos e sujeitos pressupõem individualidade, não ignora a autonomia relativa na produção do conhecimento; bem como aborda a relação entre ideologia e visão de mundo na ciência. Para atingir seu objetivo, o texto considera os seguintes autores: Marx, Lukács, Goldmann e Löwy.

3. O ESTUDO DO IMAGINÁRIO ATRAVÉS DO HISTORICISMO E SURREALISMO

Pensadores da corrente positivista afirmavam que a ciência social deveria ser isenta de juízos de valor e qualquer outra subjetividade, defendendo que a verdadeira ciência deve ser objetiva e fria. Para tanto, tomam como paradigma as ciências naturais, nas quais os estudos e reflexões deixam de lado qualquer percepção pessoal do sujeito e considera, isoladamente, os aspectos do objeto em estudo. Esquece, contudo, que nas ciências sociais o objeto confunde-se com o sujeito: ora, o objeto das ciências sociais é o próprio sujeito e sua relação em sociedade, ou seja, com outros sujeitos; e tal ciência é estudada igualmente por sujeitos, sejam eles parte ou não da sociedade em estudo. Inevitável, portanto, que a mais isolada observação realizada por um sujeito seja, intrinsecamente, eivada por suas percepções pessoais: são as particularidades do sujeito que determinarão o que será observado. Se colocássemos infinitos observadores, cada qual direcionaria seu olhar para aspectos diferentes de uma mesma obra. Do mesmo modo, se pensarmos na interpretação da obra, mais nítida seria a influência intrínseca das particularidades do intérprete.

Considerando, portanto, a identidade entre objeto e sujeito, os estudos sobre visões de mundo recorrem à outras correntes de pensamento. Deste ponto, chega-se às reflexões e teorias de Hegel, segundo o qual as ideias produzem a realidade concreta; enquanto, para Marx,

contudo, está mais para o avesso: que a realidade concreta concebe as ideias e estas podem transformar a própria realidade (Gama, 2021), sendo que, para Marx sobre Hegel:

“O criticável para ele é a mediação exclusivamente como atividade cerebral, fechada no ambiente mental e descolada do mundo real. Para Marx, a capacidade que os homens e as mulheres têm de transformar a natureza está nas mediações que podem fazer diante das coisas que os desafiam.” (Gama, 2021, p. 50).

Para fundamentar sua teoria, explica que elementos reais, como economia e política, influenciam as ideias. Deste modo, cada classe social conceberá ideias e ideais que façam sentido com sua realidade e aspirações, assim: é muito provável que as ideias e ideais da classe alta seja a continuidade e maximização do capitalismo, sistema que os enriquece; ao passo que é igualmente provável que a classe baixa conceberá ideias e ideais que remontam à duas possibilidades: ou se direcionam ao caminho para juntarem-se à classe alta (a representação fática da dualidade existente no sujeito oprimido em razão da hospedeiro-opressor⁶) ou à outra alternativa de vida, visto que o sistema vigente os explora e oprime. O primeiro, com caráter conservador, remonta à elementos enraizados e fomentados pela própria classe alta (dominante), visto que tais ideias os favorecem ao alimentar o sistema que lhes interessa; já o segundo, com caráter revolucionário, somente pode nascer da classe oprimida ao tomar consciência de si e do mundo.

Aos aspectos econômicos e políticos que influenciam as ideias, os pensadores não ignoram a subjetividade que cada sujeito carrega consigo e que, invariavelmente, estará presente em suas ideias (Coelho e Malafatti, 2021): a este elemento, denomina “autonomia relativa do pensamento”. Nesta seara, enquanto Marx direciona sua obra às classes sociais, Weber se direciona aos aspectos culturais e aos valores. Weber (1974) considera, especialmente, que a relação com os valores é a condição de todo conhecimento histórico-social, pois são os valores de determinada cultura e época que definem qual será o fenômeno social estudado, aceitando, pois, a multiplicidade de interpretações (ainda que este seja um fato que, após aceito, tenta ser contornado pelo autor), assim:

“Não existe qualquer análise científica “objetiva” da vida cultural, ou das “manifestações sociais”, que seja independente de determinadas perspectivas especiais ou parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou

⁶ Aspecto explicado por Paulo Freire em FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 85ª ed. Rio de Janeiro: Paz e TERRA, 2023.

implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, para se tornarem objeto de investigação” (Weber, 1974, p. 46/47).

Em contraposição ao positivismo, o historicismo surgiu em meados do século XIX como uma resposta aos ideais iluministas. Trata-se de uma abordagem filosófica e historiográfica que enfatiza a importância do contexto histórico na compreensão e interpretação de eventos, ideias e culturas. De acordo com esta corrente de pensamento, os fenômenos devem ser entendidos dentro do contexto específico de sua época, considerando as condições sociais, políticas, culturais e intelectuais daquele período (Löwy, 1987).

De acordo com Löwy (1987), entre suas preocupações e cautelas, a principal é evitar anacronismos (ou seja, evitar interpretar eventos passados com base em valores contemporâneos), de modo que o historicismo rejeita princípios universais e verdades atemporais, defendendo que valores e ideias são moldados pelo tempo e lugar. Trata-se de uma relatividade cultural e histórica do conhecimento e das crenças. Tal relatividade marca a transição entre historicismo conservador e relativista, assim: como dito anteriormente, o historicismo surge como uma resposta ao iluminismo, possuindo caráter conservador e reacionário, na medida em que se opõe às transformações sociais (baseia-se em ideais anticapitalistas); contudo, na medida em que a sociedade torna-se cada vez mais industrial e capitalista, o historicismo deixa de ser conservador e torna-se relativista, pois a abordagem original (conservadora) passa a ser anacrônica (não seria possível ser um conservador anticapitalista em um mundo capitalista. Neste cenário, os termos “conservador” e “anticapitalista” passam a ser incompatíveis, pois o “anticapitalista” se torna revolucionário e não mais reacionário) (Löwy, 1987).

Sobre esta corrente e seu caráter relativista, Droysen (*apud* Löwy, 1987) reconhece que o historicismo leva a resultados unilaterais e limitados, mas diz que é preciso “ter coragem de reconhecer esta limitação e se consolar com o fato de que o limitado e o particular são mais ricos que o comum e o geral” (Löwy, 1987, p. 66). Portanto, o historicismo tem como premissas: (1) que todos os fenômenos culturais, sociais ou políticos são históricos e não podem ser compreendidos senão através da e na sua historicidade; (2) que existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos; e, conseqüentemente, entre as ciências que os estudam; (3) tanto objeto quanto sujeito (incluindo sua perspectiva, ponto de vista etc.) estão imersos no fluxo da história. (Löwy, 1987, p. 63/64).

De acordo com Löwy (1987), Dilthey, um dos mais importantes historicistas, une tal perspectiva à discussão sobre visões de mundo. Diz que, por ser subjetiva e unilateral, há uma variedade ilimitada de visões de mundo, todas com pretensão à validade geral. Assume, também, que cada visão é condicionada e limitada, mas, dentro de seus limites, exprime uma dimensão do universo, de modo que cada uma é verdadeira, apesar de unilateral. Dilthey tenta “descobrir no relativo o válido universalmente” (Löwy, 1987, p. 70).

Sendo, portanto, as visões de mundo representações mentais de um imaginário utópico, normalmente, compartilhado por determinado grupo de pessoas; sendo tais visões influenciadas pela realidade para transformá-la ou conservá-la; e devendo ser interpretadas dentro de sua historicidade; é possível dizer que as visões de mundo são acompanhadas por outras espécies de representações mentais, símbolos que representam ou contrapõem seus ideais, sendo capazes de difundir ou questionar determinada visão, como foi evidenciada pelas reflexões de Das (2008).

Aqui, retorna-se às questões do início deste artigo, defendendo e sustentando a hipótese positiva de que mitos podem e são manuseados (quando não gerados) para representar ou questionar determinada visão de mundo; e assim devem ser interpretados. Esta influência direta dos mitos sob a vida social restou nítida ao longo da Segunda Guerra Mundial, período em que o discurso nazista constantemente articulava representações mitológicas para legitimar seus ideais (como, por exemplo, faziam uso de figuras da mitologia nórdica para representar a superioridade ariana; assemelhavam a figura de seu líder com o messias, representação bíblica do salvador etc) (Löwy, 2002), bem como ainda são perceptíveis na tentativa de manutenção do próprio sistema capitalista (Das, 2008).

Contudo, alguns intelectuais alemães antifascistas, como Ernst Bloch, acreditavam na possibilidade de “salvar o mito da mácula nazista”, com a condição de que fosse iluminado pela “luz utópica do porvir” (Löwy, 2002). Contudo, além da manipulação nazista que revestiu o mito de caráter pejorativo, a modernidade, em razão de sua primazia da razão, também levou a a perda de influência e relevância dos mitos em relação ao imaginário social, na medida em que alimenta o antiutopismo (Hinkellamert, 2013). Um dos aportes bibliográficos de Löwy (2002) neste sentido era Friedrich Schlegel, que apresentava a ideia do “mito novo” como tentativa de reviver a importância dos mitos na cultura contemporânea, pois argumentava que “a ausência de mitos na vida cotidiana é prejudicial à cultura e imaginação humana” (Löwy, 2002, p. 23). Cento e cinquenta anos depois, é o movimento surrealista quem resgata a importância do mito

e toma para si a tarefa de elaboração do mito coletivo de sua época (Breton *apud* Löwy, 2002). De acordo com Löwy (2002), André Breton, o primeiro surrealista, representa este novo mito articulando a estrela da manhã, pois é:

“[...] símbolo de insubmissão e a revolta, e somente a revolta que é criadora de luz”, esta conhecida pela poesia, liberdade e amor. O mito que representa revolta, poesia, liberdade e amor é o próprio surrealismo e sua particularidade é estar sempre em movimento, sempre incompleto e sempre aberto à criação de novas figuras e imagens mitológicas” (Löwy, 2002, p. 26/27).

O surrealismo propõe a reinterpretação dos mitos com vistas a refletir preocupações, aspirações e valores da sociedade, a partir de expressões como a poesia, a arte e a filosofia (Löwy, 2002). Parece-nos que há importância dos mitos para o imaginário social, pois os mitos, assim como as visões sociais de mundo, não nascem para ser ideológico ou utópico, mas sua natureza permite assumir ambos os aspectos.

O mito é a representação do fantástico, remetendo ao imaginário humano que, por sua vez, encontra-se no âmbito do subconsciente. A crença que se enraíza no subconsciente é mais poderosa do que qualquer razão, pois a razão pode cair por terra por meio de racionalidades que a invalidem, mas o subconsciente é inexplicável e, por isso, mais difícil de ser invalidado. É a razão, por exemplo, das teodiceias serem artifícios muito mais fortes para legitimação do sacrifício do que qualquer discurso sobre o bem maior. Significa dizer, portanto, que o mito pode ser articulado para consolidar o poder e a ordem vigente, mas também pode ser articulado para expressar e representar a esperança por uma alternativa àquele mundo. Entender e refletir sobre os significados intrínsecos dos mitos permite a iluminação pela esperança e traz o fôlego necessário para a revolta.

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, tentou-se delinear os aspectos conceituais sobre visão social de mundo, entender de que modo tais visões são influenciadas e influenciam, bem como delinear o que seria articulado como “mito”. De acordo com o marxismo, as representações mentais são concebidas pela realidade concreta e podem transformá-la ou conservá-la. *Mutatis mutandis*, as visões sociais de mundo são uma espécie de representação mental (vez que têm sua gênese no imaginário utópico) ao mesmo tempo que influenciam outras espécies de representações, estas com o potencial de representá-las ou questioná-las.

O estudo acerca dos mitos parece evidenciar que as visões sociais e suas representações estão absolutamente presentes no cotidiano e que exercem sua influência de forma sutil.

Considerando a reflexão sobre o historicismo e o surrealismo, foi possível refletir sobre a importância da subjetividade e dos mitos para a cultura e sociedade, acentuando que, apesar das diversas outras representações passíveis de estudo, os mitos possuem uma sutileza encantadora: representam o coletivo, mas permitem uma interpretação tão pessoal que ganham especial significado para cada sujeito; tal romantização acoberta, com sucesso, seus aspectos sociais e políticos, sendo mais capazes de enraizar e questionar do que críticas escancaradas. Ressalta-se, contudo, que na mesma medida em que o imaginário pode manter a ordem vigente, também pode romper com ela, permitindo ao sujeito esperar para, então, desconstruir e transformar. Parece-nos, portanto, indicar a força das utopias na libertação dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Evandro; COSTA, Thais Christina Alves. **Metodologia e Prática de Pesquisa em Filosofia**. Pelotas: NEPFIL online, 2015. 111p. – (Sério Dissertatio-Incipientis).

BORJA, Bruno. **IDEOLOGIA E VISÃO DE MUNDO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: < <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26?start=2820> >

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação?** São Paulo: Brasiliense. 2007. 54p.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: Vários escritos. 3.ed. São Paulo: Duas cidades, 1995. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/58925703/O-Direito-a-Literatura-Antonio-Candido> >

COELHO, A. S. **Conhecer no/pelo sofrer: a vítima como sujeito no testemunho e na transgressão**. Horizontes, [S. l.], v. 38, n. 1, p. e020055, 2020. DOI: 10.24933/horizontes.v38i1.1050.

COELHO, Allan da S. **Horizontes da Plausibilidade sob a crítica da Filosofia: entre luzes, horrores e vítimas**. Reflexão e Ação [ISSN 1982-9949]. Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 3, p. 34-51, set./dez. 2018. Disponível em: < <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/12470> >

COELHO, Allan da S; MALAFATTI, Fernanda. **Paulo Freire e o cristianismo da libertação: contribuição do conceito de visão social de mundo**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 16, e2116638, p. 1-16, 2021. Disponível em: < <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa> >

DAS, Veena. *Sufrimientos, teodiceias, práctica disciplinarias y apropiaciones*. In: DAS, Veena. *Sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá, Colômbia: Universidad Nacional

de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensa, 2008. Editor: Francisco A. Ortega.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**, 2ª edição. Grupo GEN, 1985. E-book. ISBN 9788522466030. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466030/> >

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do Outro: a origem do mito da Modernidade: conferências de Frankfurt**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Natalia Rigueira. **“Tem dia que a gente é sem-terra, tem dia que não dá”: as diferentes visões sociais de mundo no interior do espaço escolar de um assentamento rural**. Dissertação (mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa. 2008. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=136341 >

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 85ª ed. Rio de Janeiro: Paz e TERRA, 2023.

GAMA, Zacarias. **A categoria mediação em Hegel, Marx e Gramsci: para suprimir ruídos conceituais**. Revista Ciência e Luta de Classes, v. 2, n. 3, ISSN - 2358-3444. Publicado em 2021. Disponível em: < <https://revistaclc.ceppes.org.br/online/article/view/55> >

HINKELAMMERT, Franz J. **Crítica da razão utópica**. Ed. ampl. e rev. Chapecó: Argos, 2013. 414 pp.

LIMA, Suellen Cardoso de. **ERA UMA VEZ: A INFLUÊNCIA DOS CONTOS DE FADAS NA FORMAÇÃO DA MULHER**. Indaial/SC: Monografia apresentada à Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2018.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LÖWY, Michael. **A Estrela da Manhã: surrealismo e marxismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MELGAÇO, Magno Felipe da Silva. **A dialética entre a ideologia e utopia: “visão de mundo” na perspectiva de Michael Löwy**. Universidade Federal Fluminense: Revista Mundo Livre, ano 2, v. 1, n. 1, ed. 2016. Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/mundolivre/article/view/39923> >

SILVA, José de Alexandre. Resenha do livro: Löwy, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 423-426, abr2011 - ISSN: 1676-2584. Disponível: < <https://pt.scribd.com/document/108915873/Resenha-ideologia-e-Ciencia-Social> >

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

TEIXEIRA, Rogério Corrêa. **A visão social de mundo dos parâmetros curriculares nacionais em História para os anos finais do Ensino Fundamental**. Dissertação (mestrado profissional em História, Pesquisa e Vivências de ensino-aprendizagem. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. 2015. Disponível em: < https://poshistoria.furg.br/images/stories/dissertacoes/dissertao_Rogerio.pdf >

WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas Ciências e na Política Sociais**. In: **Sobre a Teoria das Ciências Sociais**. Lisboa, Editorial Presença, 1974.